



Apesar da elevação da taxa básica de juros para 15% a.a. e da ameaça representada pelo "tarifaço" imposto pelo governo norte-americano diversos setores exportadores brasileiros, a taxa de desemprego no Brasil atingiu 5,8% no segundo trimestre de 2025 — o menor nível da série histórica segundo o IBGE. Esse resultado decorre da combinação de fatores cíclicos e estruturais que sustentaram a demanda por trabalho e atenuaram os efeitos contracionistas da política monetária e das restrições comerciais. Entre 2023 e 2024, o país manteve crescimento econômico da média acima de 2,5%, impulsionado por consumo interno, investimento público e desempenho exportador até meados de 2024, o que garantiu elevada absorção de mão de obra (Gráfico nº1).





Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL



primeiro elemento explicativo defasagem temporal dos efeitos da política monetária. A elevação da Selic atua sobre a economia com um intervalo de 6 a 18 meses para pleno impacto sobre o nível de atividade e o emprego. Isso significa que parte da expansão do mercado de trabalho observada até 2024 estava associada a decisões de produção, investimento contratação e tomadas antes ou nos estágios iniciais do ciclo de alta de juros. Essa dinâmica foi reforçada recomposição pelo momento de pós-pandemia, quando setores como serviços, comércio e construção civil — de elevada elasticidade emprego-PIB — aceleraram a criação de vagas, especialmente formais.

Outro fator relevante foi o papel das políticas fiscais e dos programas de transferência de renda. Iniciativas como o Bolsa Família, investimentos em infraestrutura e a retomada de obras do PAC ampliaram a demanda agregada, favorecendo setores intensivos em trabalho e reduzindo o impacto negativo dos juros altos sobre o emprego. A atuação contracíclica do gasto público também ajudou a manter a confiança de consumidores e empresários, incentivando contratações mesmo em um contexto de aperto monetário.

0 mercado externo, por sua desempenhou papel ambivalente. Até a intensificação das tarifas norte-americanas, as exportações brasileiras de commodities agrícolas, minerais e produtos industriais sustentaram o emprego em cadeias produtivas comércio exterior. voltadas ao Nο agronegócio, por exemplo, a elevada demanda externa manteve a ocupação em regiões produtoras de soja, café e carne, gerando efeitos multiplicadores sobre transporte, logística e serviços associados.

indústria, Na setores metalurgia químicos e beneficiaram competitividade da cambial e da expansão de mercados na Ásia, especialmente na China, contribuindo para preservar empregos qualificados. Mesmo com a ameaça do "tarifaço" reduzindo expectativas de vendas para os Estados Unidos, a diversificação geográfica das exportações mitigou impactos imediatos sobre o nível de emprego, permitindo que segmentos exportadores mantivessem quadros estáveis no curto prazo.



Por fim, mudanças estruturais no mercado de trabalho contribuíram para a trajetória de queda do desemprego. A formalização atingiu patamares recordes, com 39 milhões de trabalhadores com carteira assinada no setor privado¹, e a taxa de participação da força de trabalho chegou a 62,4%. A melhora dos salários reais — 4,8% em 2024, segundo o Banco Mundial² — e a redução expressiva do desalento reforçaram a oferta de mão de obra, que foi absorvida pelo setor produtivo de forma mais rápida do que em ciclos anteriores. Assim, a interação entre crescimento econômico, políticas públicas ativas e adaptação estrutural do mercado de trabalho explica por que, mesmo sob juros elevados e ameaças externas relevantes, o desemprego caiu ao menor nível já registrado no Brasil.

## Curva de juros projeta redução de 0,25% da selic em 2025

mercado financeiro passou considerar possível a redução da Selic ainda em 2025 devido à combinação de três fatores: a queda contínua das projeções de inflação para o ano, apontada pelo Boletim indicando maior controle dos preços; a precificação, na curva de juros, de um corte de 0,25 p.p., com probabilidade estimada 72%. influenciada em também expectativas por desaceleração econômica global; e a decisão do Banco Central de suspender o ciclo de aperto monetário, mantendo a Selic em 15% para avaliar os efeitos das altas anteriores, o que abre espaço para flexibilização futura.

estimativas coletadas As na pesquisa semanal Focus do BCB apontam para inflação de 4,35% e 4,16% nos horizontes de 12 e 24 meses<sup>3</sup>, respectivamente. Quanto à inflação implícita (252 dias úteis), calculada a partir da diferença entre taxas dos títulos públicos as prefixados e dos indexados ao IPCA vencimento, mesmo encontra-se 3.9% em ao ano. sinalizando mais ritmo um consistente de desinflação.

Na última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom)<sup>5</sup>avaliou que o cenário prospectivo para a

[1]Taxa de desocupação recua e emprego com carteira bate recorde

[2] Brazil Overview: Development news, research, data | World Bank

[3]SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

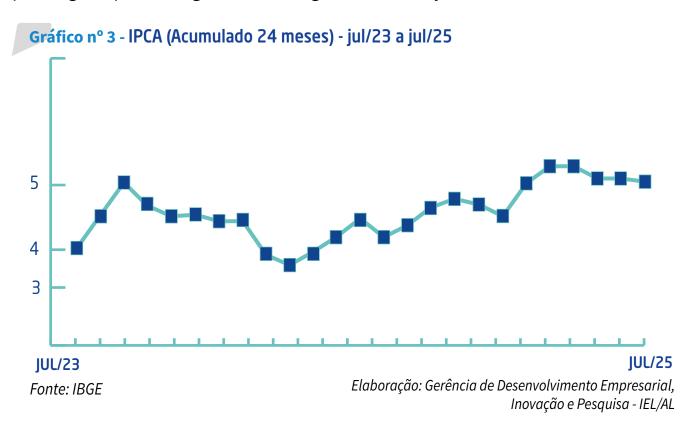
[4] ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

[5] Atas do Comitê de Política Monetária - Copom



inflação permanece desafiador, tanto no contexto externo quanto interno. No exterior, a conjuntura é marcada por maior incerteza, com impactos potenciais das políticas fiscal e comercial dos Estados Unidos, incluindo elevação de tarifas sobre produtos brasileiros. No plano doméstico, a atividade econômica apresenta moderação no crescimento, coerente com a política monetária contracionista, embora haja sinais mistos entre setores. O mercado de crédito mostra retração nas concessões e aumento da inadimplência, enquanto o mercado de trabalho segue aquecido, com ganhos salariais acima da produtividade e desemprego em níveis historicamente baixos, sustentando o consumo.

No balanço de riscos, o Comitê apontou ameaças de alta para a inflação, como: persistência da desancoragem das expectativas, maior resiliência da inflação de serviços e políticas econômicas que levem a uma taxa de câmbio mais depreciada. Entre os riscos de baixa, destacou a possibilidade de desaceleração doméstica mais intensa, retração global maior que a projetada e queda nos preços das commodities. O Copom reafirmou que, diante da resiliência da atividade, das pressões no mercado de trabalho, da desancoragem das expectativas e das projeções elevadas, será necessária a manutenção da política monetária em patamar significativamente contracionista por um período prolongado para assegurar a convergência da inflação à meta.





## A produção industrial brasileira em junho de 2025

Em junho de 2025, a indústria brasileira manteve-se praticamente estagnada, com avanço marginal de **0,1%** frente a maio, após dois meses de retração. O setor enfrenta elevada taxa básica de juros (**15% a.a.**) e um ambiente de incerteza agravado por tarifas de importação impostas pelos EUA, fatores que minaram o dinamismo desde o 3º trimestre de 2024. No 2º trimestre de 2025, o crescimento foi de apenas **0,1%** ante o trimestre anterior e de **0,5%** na comparação anual — menor resultado desde meados de 2023 —, com queda expressiva de **1,3%** em junho frente a igual mês de 2024, puxada pela indústria de transformação **2,2%**. Macrossetores como bens de consumo semi e não duráveis **5,9%** e bens de capital **1,2%** recuaram, enquanto bens duráveis desaceleraram **5,5%** e bens intermediários mantiveram resiliência **3%**. Regionalmente, metade dos parques industriais registrou queda, com destaque para São Paulo **5,0%**, seu pior desempenho desde 2021. Indicadores de confiança em julho sinalizaram manutenção do quadro restritivo no início do segundo semestre.<sup>6</sup>

Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Junho 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	-1,3	1,2	2,4
Bens de Capital	1,2	-1,2	1,5	7,0
Bens Intermediários	-0,1	1,7	2,2	2,6
Bens de Consumo	-0,6	-7,6	-1,0	1,2
Bens de Consumo Duráveis	0,2	0,2	8,3	12,5
Semiduráveis e não duráveis	-1,2	-8,8	-2,6	-0,5
Extrativa Mineral	-1,9	3,8	3,2	0,5
Transformação	0,2	-2,2	0,9	2,8

Fonte: IBGE Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

[6] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial



Tabela nº 1 - Índices de preços

Índice de	2024					2025							
Preço (%)	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
IGP-DI	0,83	0,12	1,03	1,54	1,18	0,87	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-1,80	-0,07
INCC-DI	0,72	0,70	0,58	0,68	0,40	0,50	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58	0,69	0,91
IGP-M	0,61	0,29	0,62	1,52	1,30	0,94	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	-0,77
IPC-M	0,30	0,09	0,33	0,42	0,07	0,12	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37	0,22	0,27
IPA-M	0,68	0,29	0,70	1,94	1,74	1,21	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82	-2,53	-1,29
INCC-M	0,69	0,64	0,61	0,67	0,44	0,51	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26	0,96	0,91
IPC-FIPE	0,06	0,18	0,18	0,80	1,17	0,34	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27	-0,08	0,28
INPC	0,26	-0,14	0,48	0,61	0,33	0,48	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	0,23	0,21
IPCA	0,38	-0,02	0,44	0,56	0,39	0,52	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24	0,26

Fontes: Ipeadata e Bacen

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Tabela nº 2 e 3 - Indicadores de Confiança I e II

	Indicad	dores de Confiança I		Indicadores de Confiança II			
	Indicado	res do Cenário Extern	0				
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$	Meses	Risco Brasil		
JUL/24	3,82	77,02	2 424,01	SET/23	206		
AGO/24	3,76	72,95	2 580,52	OUT/23	202		
SET/24	4,21	74,14	2 674,35	NOV/23	200		
OUT/24	4,28	72,65	2 699,11	DEZ/23	195		
NOV/24	4,53	73,05	2 629,95	JAN/24	201		
DEZ/24	4,56	79,06	2 861,00	FEV/24	210		
JAN/25	4,56	76,32	2 883,00	MAR/24	207		
FEV/25	4,25	73,05	2 951,00	•			
MAR/25	4,46	62,45	3 265,00	ABR/24	212		
ABR/25	4,53	64,41	3 287,00	<b>MAI/24</b>	211		
MAI/25	4,28	65,62	3 355,00	JUN/24	229		
JUN / 25	4,37	68,61	3 400,00	JUL/24	227		
JUL/25	4,24	65,60	3 392,00	,			

Fonte: Banco Central do Brasil/FED

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Ipeadata



## Tabela nº 4 - Indicadores de Confiança III

	Indicadores de Confiança II									
Meses	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)			
JUL/24	5,66	11,38	3,71	7,40	4,50	10,40	5,65			
AGO/24	5,66	11,74	3,87	7,58	4,24	10,40	5,91			
SET/24	5,45	12,17	3,95	7,91	4,42	10,40	5,73			
OUT/24	5,78	12,67	4,33	7,99	4,76	10,65	5,62			
NOV/24	6,05	13,85	4,69	8,75	4,87	11,15	5,99			
DEZ/24	6,19	15,39	5,12	9,77	4,83	12,15	6,98			
JAN/25	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26			
FEV/25	5,85	15,03	5,50	9,03	5,10	13,15	7,66			
MAR/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22			
ABR/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17			
MAI/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86			
JUN/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07			
JUL/25	5,60	14,76	4,31	10,02	5,23	14,90	9,19			

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa - IEL/AL

Fonte: Banco Central do Brasil

**ELABORAÇÃO:** DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E PESQUISA - FIEA/IEL

GERENTE:

ESTAGIÁRIOS:

KARINE FERREIRA DOS SANTOS
PABLO HENRIQUE COSTA FRANCIOLLY FONSECA
RUAN WESLLEY DE BARROS SILVA

AUTOR DO TEXTO:
REYNALDO RUBEM F YUKI CÂNDIDO LYRA CALADO

ANALISTA:

MORGANA MARIA MACHADO MOURA

CONSULTORA:

DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS

REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR

DIAGRAMAÇÃO

INSTITUTO EUVALDO LODI -

DIRETOR REGIONAL

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

SUPERINTENDENTE

GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E PESQUISA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE

1° VICE PRESIDENTE JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO HELVIO BRAGA VILAS BOAS

**DIRETOR EXECUTIVO** 

08

GERENTE UNITEC





